

Associação Dianova Portugal

ANEXO

Balanço

Associação Dianova Portugal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5 835 800,34	5 994 292,02
Participações Financeiras (outros métodos)		5 000,00	5 000,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		5 840 800,34	5 999 292,02
Ativo corrente			
Inventários		14 014,89	13 103,22
Créditos a receber		128 581,97	123 518,31
Estado e outros Entes Públicos		17 252,97	20 379,72
Outros ativos correntes		101 464,31	155 266,28
Diferimentos		8 013,67	14 308,32
Caixa e depósitos bancários		138 018,20	280 488,04
Subtotal		407 346,01	607 063,89
Total do Ativo		6 248 146,35	6 606 355,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 727 949,74	1 727 949,74
Resultados transitados		(340 021,69)	(210 371,60)
Excedentes de revalorização		4 637 093,87	4 838 092,46
Resultado líquido do período		(436 633,24)	(330 648,68)
Total do fundo do capital		5 588 388,68	6 025 021,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		518 618,17	444 895,17
Subtotal		518 618,17	444 895,17
Passivo corrente			
Fornecedores		8 127,90	29 169,31
Estado e outros Entes Públicos		9 297,04	12 374,50
Diferimentos		7 334,82	-
Outras passivos correntes		116 379,74	94 895,01
Subtotal		141 139,50	136 438,82
Total do passivo		659 757,67	581 333,99
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 248 146,35	6 606 355,91

Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		475 162,30	443 471,43
Subsídios, doações e legados à exploração		48 142,14	125 073,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(59 369,03)	(73 168,83)
Fornecimentos e serviços externos		(258 735,13)	(197 355,66)
Gastos com o pessoal		(523 706,09)	(466 153,09)
Outros rendimentos		54 735,76	65 733,02
Outros gastos		(10 668,14)	(48 972,26)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(274 438,19)	(151 371,80)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(158 491,68)	(175 667,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(432 929,87)	(327 039,68)
Juros e rendimentos similares obtidos		85,01	-
Juros e gastos similares suportados		(3 788,38)	(3 609,00)
Resultados antes de impostos		(436 633,24)	(330 648,68)
Resultado líquido do período		(436 633,24)	(330 648,68)

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Dianova Portugal - Intervenção em Toxicodependências e Desenvolvimento Social, pessoa colectiva nº 501.601.163, com sede em Quinta das Lapas, Monte Redondo, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade a educação e promoção da saúde, tratamento e reinserção de toxicodependentes, apoio a crianças e jovens em risco, apoio à integração social e comunitária de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e outras situações de dificuldades pontuais, dinamizar de ações de sensibilização e formação e promover e potenciar no âmbito da cooperação para o desenvolvimento à escala internacional a divulgação, educação, execução e formação adequadas ao progresso social (conforme consta dos Estatutos atualizados publicados no Diário da República n.º 36 de 22/02/2010, Série II).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março.

A Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2018 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a manter a atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os fins para os quais foi constituída.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;

- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Créditos a receber

Os “*Créditos a receber*” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

A Associação encontra-se isenta de IRC ao abrigo da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 270 400,00	-	(35 000,00)	-	-	2 235 400,00
Edifícios e outras construções	4 746 800,00	-	(365 500,00)	-	-	4 381 300,00
Equipamento básico	562 775,70	-	-	-	-	562 775,70
Equipamento de transporte	378 975,63	-	-	-	-	378 975,63
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	94 694,67	-	-	-	-	94 694,67
Outros Ativos fixos tangíveis	49 393,75	-	-	-	-	49 393,75
Total	8 103 039,75	-	(400 500,00)	-	-	7 702 539,75
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	491 606,02	169 974,36	(66 454,56)	-	47 483,73	642 609,55
Equipamento básico	544 351,36	5 693,52	-	-	-	550 044,88
Equipamento de transporte	378 944,91	-	-	-	-	378 944,91
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	91 465,61	-	-	-	-	91 465,61
Outros Ativos fixos tangíveis	45 182,78	-	-	-	-	45 182,78
Total	1 551 550,68	175 667,88	(66 454,56)	-	47 483,73	1 708 247,73
					Total Activo Líquido	5 994 292,02

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 235 400,00		-	-	-	2 235 400,00
Edifícios e outras construções	4 381 300,00		-	-	-	4 381 300,00
Equipamento básico	562 775,70			-	-	562 775,70
Equipamento de transporte	378 975,63		(39 613,19)	-	-	339 362,44
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	94 694,67	-	-	-	-	94 694,67
Outros Ativos fixos tangíveis	49 393,75	-	-	-	-	49 393,75
Total	7 702 539,75	-	(39 613,19)	-	-	7 662 926,56
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	642 609,55	153 360,72				795 970,27
Equipamento básico	550 044,88	5 130,96				555 175,84
Equipamento de transporte	378 944,91		(39 613,19)			339 331,72
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	91 465,61	-				91 465,61
Outros Ativos fixos tangíveis	45 182,78					45 182,78
Total	1 708 247,73	158 491,68	(39 613,19)	-	-	1 827 126,22
Total Activo Líquido						5 835 800,34

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17 631,11	45 168,54	(3 936,80)	13 103,22	29 798,99	1 113,86	14 014,89
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	17 631,11	45 168,54	(3 936,80)	13 103,22	29 798,99	1 113,86	14 014,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				73 168,83			59 369,03
Variações nos inventários da produção				-			-

7. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	48 282,41	72 116,35
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros (Utentes)	426 879,89	371 355,08
Juros		
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	475 162,30	443 471,43

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	48 142,14	125 073,59
ISS, IP - Centros Distritais	12 739,46	20 121,68
Outros	35 402,68	104 951,91
Total	48 142,14	125 073,59

9. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	-	-
Tributação Autónoma	-	-
Total	-	-

10. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 25 pessoas e em 31/12/2018 foi de 28 pessoas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	445 469,37	395 663,31
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	73 627,81	66 728,42
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 507,96	3 760,36
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	100,95	1,00
Total	523 706,09	466 153,09

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. A situação da Entidade perante a Segurança Social e Administração Tributária encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 342,97	1 908,72
Outros	6 670,70	12 399,60
...	-	-
Total	8 013,67	14 308,32
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios para Investimentos	7 334,82	-
Outros	-	-
...	-	-
Total	7 334,82	-

12.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	2 193,96	1 794,56
Depósitos à ordem	54 950,65	198 076,44
Depósitos a prazo	-	-
Outros	80 873,59	80 617,04
Total	138 018,20	280 488,04

12.3. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	1 727 949,74	-	-	1 727 949,74
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(210 371,60)	(129 650,09)	-	(340 021,69)
Excedentes de revalorização	4 838 092,46	-	(200 998,59)	4 637 093,87
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	6 355 670,60	(129 650,09)	(200 998,59)	6 025 021,92

12.4. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17 240,34	20 379,72
Outros Impostos e Taxas	12,63	-
Total	17 252,97	20 379,72
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 524,00	3 750,50
Segurança Social	6 773,04	8 624,00
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	9 297,04	12 374,50

12.5. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	127 285,54	101 949,28
Materiais	12 112,04	5 337,00
Energia e fluidos	66 660,65	50 884,16
Deslocações, estadas e transportes	12 115,79	10 709,67
Serviços diversos (*)	40 561,11	28 475,55
Comunicação	7 257,79	7 361,33
Rendas e Alugueres (Equipam. e Outros)	8 210,05	3 616,06
Limpeza, higiene e conforto	4 359,12	4 207,31
Seguros	20 152,42	12 621,59
Contencioso e notariado	178,08	212,76
Despesas de representação	403,65	456,50
Outros serviços	-	-
Total	258 735,13	197 355,66

12.6. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	10 323,92	6 650,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6 100,00	-
Outros rendimentos e ganhos	38 311,84	59 083,02
Total	54 735,76	65 733,02

12.7. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	771,98	1 289,73
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	232,20
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	14 045,44
Outros Gastos e Perdas	9 896,16	33 404,89
Total	10 668,14	48 972,26

12.8. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 788,38	3 609,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	3 788,38	3 609,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(3 788,38)	(3 609,00)

12.9. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas em 31 de Março de 2019.